



### INSTRUÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova.
2. Confira seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de Prova.
4. Nesta prova, as questões são de **múltipla escolha**, com quatro alternativas cada uma, sempre na seqüência **a, b, c, d**, das quais somente uma é correta.
5. As provas são iguais em conteúdo, porém a disposição das alternativas e/ou questões poderá estar alterada.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o número de inscrição e o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Aplicador da Prova.
7. Transcreva para o cartão-resposta a opção que julgar correta em cada questão, preenchendo o círculo correspondente com caneta de tinta azul ou preta. Não ultrapasse o limite do espaço destinado para cada marcação.
8. Não haverá substituição do cartão-resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão resultará na anulação da questão.
9. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não), inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a exclusão do candidato deste Concurso.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde autorização para devolver, em separado, o caderno de prova e o cartão-resposta, devidamente assinados.
11. O tempo para o preenchimento do cartão-resposta está contido na duração desta prova.
12. Anote suas respostas no quadro abaixo e recorte-o na linha pontilhada.

Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direito Processual Civil
Direito Comercial
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Tributário
Direito Civil
Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná
Estatuto da Criança e do Adolescente e Juizados Especiais

### DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 HORAS

N.º INSCRIÇÃO	NOME	ASSINATURA

.....

#### RESPOSTAS

1 -	11 -	21 -	31 -	41 -	51 -	61 -	71 -	81 -	91 -
2 -	12 -	22 -	32 -	42 -	52 -	62 -	72 -	82 -	92 -
3 -	13 -	23 -	33 -	43 -	53 -	63 -	73 -	83 -	93 -
4 -	14 -	24 -	34 -	44 -	54 -	64 -	74 -	84 -	94 -
5 -	15 -	25 -	35 -	45 -	55 -	65 -	75 -	85 -	95 -
6 -	16 -	26 -	36 -	46 -	56 -	66 -	76 -	86 -	96 -
7 -	17 -	27 -	37 -	47 -	57 -	67 -	77 -	87 -	97 -
8 -	18 -	28 -	38 -	48 -	58 -	68 -	78 -	88 -	98 -
9 -	19 -	29 -	39 -	49 -	59 -	69 -	79 -	89 -	99 -
10 -	20 -	30 -	40 -	50 -	60 -	70 -	80 -	90 -	100 -

A previsão para a divulgação do gabarito provisório é o primeiro dia útil após a realização da prova, no site [www.tj.pr.gov.br](http://www.tj.pr.gov.br).

O gabarito individual estará disponível no acompanhamento, após a divulgação do gabarito oficial.

Para obter essa informação, você deverá ter à mão seu **número de inscrição** e a **data de nascimento**, para acessar o **Acompanhamento** de sua inscrição.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

## **CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1. Assinale a alternativa INCORRETA quanto à interpretação das normas constitucionais:**

- a) A interpretação conforme a constituição opera não só como instrumento de controle de constitucionalidade, mas também como princípio de interpretação do texto constitucional.
- b) Na interpretação conforme a constituição, o intérprete não pode atuar como legislador positivo.
- c) A interpretação conforme a constituição em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal produz eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) Na interpretação conforme a constituição, o intérprete pode atuar sobre norma com sentido unívoco.

**2. Assinale a alternativa correta:**

- a) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
- b) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios e posterior ação rescisória.
- c) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder Legislativo da respectiva unidade da Federação para que este adote as providências necessárias no prazo de trinta dias.
- d) Não cabe agravo da decisão proferida pelo relator que liminarmente indeferir a petição inicial de Ação Direta de Inconstitucionalidade não fundamentada ou manifestamente improcedente.

**3. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Os prefeitos serão julgados, nos crimes eleitorais, pelos Tribunais Regionais Eleitorais de seus respectivos Estados.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.
- c) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- d) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

**4. Assinale a alternativa correta:**

- a) A Constituição Federal assegura, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- b) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, à ordem econômica e à economia popular, à ordem urbanística, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação na Câmara de Vereadores
- d) Quando de eficácia plena, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação restrita à edição de lei complementar.



**5. Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao Poder Judiciário Estadual:**

- a) O Governador do Estado é parte legítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição Estadual.
- b) O Prefeito e a Mesa da Câmara do respectivo Município, quando se tratar de lei ou ato normativo local ou estadual que afete a autonomia local são partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição Estadual.
- c) Somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do órgão especial, poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- d) Na ação direta de inconstitucionalidade incumbirá ao Procurador-Geral de Justiça atuar na curadoria de presunção de legitimidade do ato impugnado.

**6. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente nos crimes comuns e de responsabilidade os juízes de direito e juízes substitutos.
- c) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra atos do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos.
- d) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados.

**7. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- b) Segundo a Constituição Federal vigente no Brasil, não há eleição indireta.
- c) É assegurada aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- d) A cassação de direitos políticos ocorrerá na hipótese de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos e improbidade administrativa.

**8. Assinale a alternativa correta:**

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) A União não intervirá em seus Municípios, nem nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) O Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- d) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo 10 (dez) dias.



**9. Assinale a alternativa correta:**

- a) Os direitos fundamentais não são absolutos. Isso posto, a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo poderão sofrer restrições em face das disposições da Constituição Federal.
- b) A censura de natureza política, ideológica ou artística se justifica quando atende ao princípio da razoabilidade.
- c) Compete à lei estadual regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;
- d) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.

**10. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- b) No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- c) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.
- d) Os consórcios públicos não poderão emitir documentos de cobrança e nem exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**11. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:**

- I. o objetivo da licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
  - II. estão sujeitos ao regime de licitação, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios.
  - III. qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira para perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- a) apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
  - b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
  - c) todas as afirmativas estão incorretas.
  - d) todas as afirmativas estão corretas.



**12. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:**

- I. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a delegação da prestação de serviço público feita pelo poder concedente, a título precário, mediante licitação.
  - II. Concessão de serviço público é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente mediante licitação na forma de concorrência.
  - III. Permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação na forma de concorrência.
- a) apenas a afirmativa I está correta.
  - b) apenas a afirmativa II está incorreta.
  - c) apenas a afirmativa III está incorreta.
  - d) todas as afirmativas estão incorretas.

**13. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) aos servidores que foram titulares de cargos efetivos é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, mesmo nas hipóteses de cargos acumuláveis previstos pela Constituição da República.
- b) a Constituição da República admite a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) a Constituição da República autoriza a acumulação remunerada de 2 (dois) cargos públicos privativos de profissionais de saúde, desde que ocorra compatibilidade de horários e se trate de profissão regulamentada.
- d) a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções, mesmo que exercidas em subsidiárias de sociedades de economia mista ou sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

**14. Assinale a alternativa correta:**

- a) o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável por igual período tantas vezes quanto necessário para o preenchimento dos cargos ou empregos disponíveis.
- b) a nomeação para cargo em comissão independe de aprovação prévia em concurso público, desde que o referido cargo seja declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, a não ser que os novos concursados tenham atingido notas superiores aos aprovados no concurso público anterior.
- d) o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em decreto.

**15. Assinale a alternativa correta:**

- a) autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei, instituída para desempenhar atividades administrativas ou explorar atividades econômicas, sob regime de direito público.
- b) empresa pública é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei, mas submetida a certas regras de direito público e com capital formado por recursos exclusivamente de pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei e constituída sob a forma de sociedade anônima, mas submetida a certas regras de direito



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

## **CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

público, com capital formado exclusivamente por recursos públicos e cujo objeto social é a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviço público.

- d) entidade paraestatal é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, sem qualquer vínculo com a estrutura administrativa do Estado, cujo objeto é o de promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais.



**16. Assinale a alternativa correta:**

- a) os atos administrativos estão sujeitos ao controle jurisdicional.
- b) os atos administrativos ilegais e ilegítimos são passíveis de revogação.
- c) os atos administrativos legais e legítimos são passíveis de anulação.
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

**17. Assinale a alternativa correta:**

- a) no contrato de concessão de serviços públicos é vedada a possibilidade de previsão do emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas aos contratos de concessão de serviços públicos, com exceção da arbitragem, desde que realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- b) no contrato de concessão de serviços públicos é admitida a possibilidade de previsão do emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas aos contratos de concessão de serviços públicos, inclusive a arbitragem, podendo a mesma ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- c) no contrato de concessão de serviços públicos não é admitida a possibilidade de previsão do emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas aos contratos de concessão de serviços públicos, com exceção da arbitragem, desde que realizada no Brasil e em língua estrangeira, nos termos da lei.
- d) no Brasil, o princípio constitucional da indisponibilidade do interesse público impede a utilização da arbitragem nos contratos de concessão de serviços públicos.

**18. Assinale a alternativa correta:**

- a) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que exercem atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) as empresas privadas concessionárias de serviço público jamais responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- c) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável se não for caso de dolo ou culpa.
- d) as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

**19. Assinale a alternativa correta:**

- a) o pregão é uma modalidade de licitação alternativa ao leilão e ao concurso, e por isso pode ser utilizado pela Administração Pública nos mesmos casos em que a lei os admite.
- b) a tomada de preços é modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
- c) no regime das licitações e contratos administrativos o contratado, na execução do contrato, jamais poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- d) a Administração Pública não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.



**20. Assinale a alternativa correta:**

- a) conforme a legislação em vigor, nos processos judiciais referente às desapropriações por utilidade pública, o expropriado poderá impugnar todo e qualquer aspecto do procedimento administrativo expropriatório, requerendo que o Poder Judiciário decida, inclusive, se era caso ou não da Administração Pública declarar o bem como sendo de utilidade pública.
- b) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, ainda que seu proprietário possua outra.
- c) a desapropriação por utilidade pública deverá ser efetivada mediante acordo ou ser intentada judicialmente dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- d) compete à União e aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**21. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:**

- I. como regra geral, dúvida sobre a existência ou inexistência de um fato pode constituir objeto de ação declaratória.
  - II. declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo não pode ser objeto de ação declaratória com fundamento no artigo 4.º do Código de Processo Civil.
  - III. a ação declaratória incidental tem como objetivo fazer com que a declaração sobre determinada relação jurídica, prejudicial ao julgamento do pedido, seja acobertada pela coisa julgada material.
- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - c) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
  - d) todas as afirmativas estão corretas.

**22. Assinale a alternativa correta:**

- a) a tutela inibitória tem, entre seus pressupostos, a ameaça da ocorrência de dano e a existência de culpa *lato sensu*.
- b) a tutela inibitória tem como único pressuposto positivo a ameaça da ocorrência de um ilícito.
- c) a tutela inibitória tem natureza preponderantemente cautelar.
- d) a tutela inibitória é espécie da qual a tutela antecipada é gênero.

**23. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:**

- I. na ação condenatória de reparação de danos decorrentes do inadimplemento de negócio jurídico, a exceção de contrato não cumprido argüida pelo réu é exemplo de exceção substancial direta.
- II. na ação condenatória de reparação de danos decorrentes do inadimplemento de negócio jurídico, a alegação feita pelo réu de que a dívida foi parcelada configura fato extintivo do direito do autor.
- III. na ação condenatória de reparação de danos decorrentes do inadimplemento de negócio jurídico, não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá conhecer da prescrição e decretá-la de ofício.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) nenhuma das afirmativas está correta.



**24. Assinale a alternativa correta:**

- a) dos despachos cabe recurso de agravo na forma retida.
- b) da decisão de liquidação de sentença cabe recurso de apelação.
- c) da decisão que indefere a petição inicial cabe recurso de agravo de instrumento.
- d) a decisão que resolver a impugnação ao cumprimento da sentença é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.

**25. Assinale a alternativa correta:**

- a) a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito em conta corrente goza de autonomia e configura título executivo extrajudicial.
- b) o contrato de honorários advocatícios tem de estar assinado por duas testemunhas para que configure título executivo extrajudicial.
- c) é cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- d) a cédula de crédito bancário não configura título executivo extrajudicial.

**26. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:**

- I. é definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.
  - II. o credor tem a faculdade de desistir de toda a execução, sendo vedada, contudo, a desistência de apenas algumas medidas executivas.
  - III. recaindo a penhora sobre direito, que tenha por objeto prestação ou restituição de coisa determinada, o devedor será intimado para, no vencimento, depositá-la, correndo sobre ela a execução.
- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
  - c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - d) todas as afirmativas estão corretas.

**27. Assinale a alternativa correta:**

- a) o juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a (in)veracidade da alegação de fato feita pela parte.
- b) não é lícito à parte inocente provar com testemunhas nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
- c) as declarações constantes em documento particular geram presunção absoluta de veracidade em relação aos signatários.
- d) dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade.

**28. Assinale a alternativa correta:**

- a) a coisa julgada material cobre o deduzido e também o dedutível.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- b) a coisa julgada impede a rediscussão dos fundamentos da decisão em qualquer outro processo.
- c) a sentença meramente homologatória de transação faz coisa julgada material.
- d) a coisa julgada material cobre as questões prejudiciais de mérito decididas incidentalmente no processo.



**29. Assinale a alternativa correta:**

- a) caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de 15 (quinze) dias, será expedido mandado de citação para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pagar ou nomear bens à penhora.
- b) caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de 15 (quinze) dias, a critério discricionário do juiz, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento).
- c) o cumprimento de sentença que ordena um fazer, um não fazer e a entrega de coisa, far-se-á pelo mesmo procedimento da sentença que ordena o pagamento de quantia em dinheiro.
- d) não dependendo de conhecimentos especializados, incumbe ao próprio oficial de justiça efetuar a avaliação dos bens penhorados.

**30. Assinale a alternativa correta:**

- a) transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente simples, este sempre poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão.
- b) na ação em que o fiador for réu, ele poderá chamar ao processo o devedor principal.
- c) é admissível a denunciação da lide na fase de cumprimento da sentença.
- d) quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, pedir a denunciação à lide de ambos.

**DIREITO COMERCIAL**

**31. Assinale a alternativa correta:**

- a) O estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- b) O contrato que tenha por objeto a alienação do estabelecimento, só produzirá efeitos entre as partes depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis.
- c) O adquirente do estabelecimento responde individualmente pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados.
- d) O alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos três anos subsequentes à transferência, mesmo diante de autorização expressa.

**32. Assinale a alternativa correta:**

- a) A pessoa jurídica em que haja participação de outra pessoa jurídica pode gozar dos benefícios do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- b) É considerada microempresa a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais).
- c) O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, dispensa qualquer declaração de inexistência de condenação criminal.
- d) A perda da condição de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante cinco anos consecutivos.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008



**33. Assinale a alternativa correta:**

- a) Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar a data da invenção ou do modelo de utilidade mais antiga por meio de testemunhos.
- b) É patenteável a invenção de objeto de uso prático, ou parte deste, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- c) Os materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados não são considerados invenção nem modelo de utilidade.
- d) São patenteáveis o todo ou parte dos seres vivos, inclusive os microorganismos transgênicos que atendam aos requisitos de patenteabilidade como novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - e que não sejam mera descoberta.

**34. Assinale a alternativa correta:**

- a) A patente de invenção vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 10 (dez) anos contados da data de depósito.
- b) À pessoa de boa fé que, antes da data de depósito ou de prioridade de pedido de patente, explorava seu objeto no País, será assegurado o direito de em 5 (cinco) anos encerrar a exploração, sem arcar com indenizações ao titular da patente.
- c) A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos produto objeto de patente incluindo preparação de medicamento de acordo com prescrição médica para casos individuais, executada por profissional habilitado.
- d) Ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.

**35. Assinale a alternativa correta:**

- a) Não é registrável como marca sinal que imite em parte marca que o requerente evidentemente não poderia desconhecer em razão de sua atividade, cujo titular seja sediado ou domiciliado em território nacional se a marca se destinar a distinguir produto afim, suscetível de causar confusão ou associação com aquela marca alheia.
- b) À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial unicamente no ramo de atividade.
- c) Podem requerer registro de marca somente as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- d) O registro da marca vigorará pelo prazo improrrogável de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro.

**36. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) As obrigações dos sócios na sociedade simples e na limitada começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- b) Na sociedade simples cabe aos sócios decidir, por meio de designação expressa no contrato social, se eles respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- d) Na sociedade simples, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio até três anos depois de averbada a modificação do contrato.



**37. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Diz-se coligada a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- b) É controlada a sociedade de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembléia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- c) Formado o grupo de sociedades, ocorre a obrigatória unificação de personalidades e patrimônios.
- d) A sociedade controladora e suas controladas podem constituir grupo de sociedades, mediante convenção pela qual se obriguem a combinar recursos para participar de atividades ou empreendimentos comuns.

**38. Assinale a alternativa correta:**

- a) Não implica invalidade do negócio jurídico que deu origem ao título de crédito a omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito.
- b) O título não poderá ser emitido a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, ainda que observados os requisitos mínimos previstos em lei.
- c) O aval só pode ser dado no anverso do título e para tal é suficiente a simples assinatura do avalista.
- d) A responsabilidade do avalista subsiste, ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara, mesmo que a nulidade decorra de vício de forma.

**39. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É direito básico do consumidor a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- b) A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre o respectivo preço.
- c) Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo.
- d) O consumidor pode desistir por arrependimento do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer no estabelecimento comercial.

**40. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Na recuperação judicial a verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores.
- b) O juiz, de ofício, poderá determinar a destituição do administrador judicial quando verificar omissão, negligência ou prática de ato lesivo às atividades do devedor ou a terceiros.
- c) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, causas trabalhistas e fiscais.
- d) O juiz que adquirir bens de massa falida ou de devedor em recuperação judicial, ou, em relação a estes, entrar em alguma especulação de lucro, quando tenham atuado nos respectivos processos, comete crime de violação de impedimento.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008



**DIREITO PENAL**

**41. Que critérios da teoria da imputação objetiva são utilizados para resolver os casos das chamadas causas supervenientes?**

- a) Criação do risco não permitido e realização do risco no resultado.
- b) Criação do risco não permitido e princípio da confiança.
- c) Proibição de regresso e realização do risco no resultado.
- d) Criação do risco e alcance do tipo.

**42. Indique a alternativa CORRETA:**

- a) A adoção da teoria da imputação objetiva implica em ignorar a relação de causalidade.
- b) A teoria da imputação objetiva é incompatível com o finalismo.
- c) A imputação objetiva é um tema tratado a partir dos anos 70 do século XX, com o advento do funcionalismo.
- d) Jakobs e Roxin propõem diferentes critérios de imputação objetiva.

**43. A respeito do conceito de ação em Direito penal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A teoria personalista da ação é um modelo apresentado pelo funcionalismo teleológico.
- b) Dentro de uma perspectiva da teoria significativa da ação, esta se converte em substrato de um sentido, organizando-se a teoria do delito não mais a partir da ação típica, mas do tipo de ação.
- c) Para o modelo de ação finalista, que inspirou a alteração da parte geral do Código Penal brasileiro, em 1984, ação e omissão são acontecimentos no mundo do dever ser, condicionadas pelas valorações jurídicas.
- d) Para o funcionalismo sistêmico de Jakobs ação, a efeito penal, é somente o fato inteiramente imputável.

**44. NÃO constitui situação de violação do princípio de legalidade:**

- a) Incriminação com base em analogia.
- b) Uso de norma penal em branco em sentido estrito.
- c) Retroatividade de lei incriminadora desfavorável ao réu.
- d) Incriminação em casos dos chamados *delitos de acumulação*.

**45. Constitui característica da teoria da prevenção geral positiva relativa à pena:**

- a) A consideração da pena como *imperativo categórico*.
- b) O propósito de reeducação e ressocialização do condenado.
- c) A proposta de utilização de tanta pena quanta seja necessária para intimidar as pessoas para que não cometam delitos.
- d) A pretensão de afirmar a validade da norma desafiada pela prática criminosa.



**46. George Shub, conhecido terrorista, pretendendo matar o Presidente da República de Quiare, planta uma bomba no veículo em que ele sabe que o político é levado por um motorista e dois seguranças até uma inauguração de uma obra. A bomba é por ele detonada à distância, durante o trajeto, provocando a morte de todos os ocupantes do veículo. Com relação à morte do motorista, George Shub agiu com:**

- a) Dolo direto de primeiro grau
- b) Dolo direto de segundo grau
- c) Dolo eventual
- d) Imprudência consciente

**47. A culpa que decorre de erro culposo sobre a legitimidade da ação realizada denomina-se:**

- a) Culpa própria
- b) Culpa imprópria
- c) Culpa inconsciente
- d) Culpa consciente

**48. No caso em que um funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtraí-lo, para si ou para outrem, o crime é de:**

- a) Peculato-desvio
- b) Furto qualificado
- c) Peculato-furto
- d) Peculato culposo

**49. O crime de denúncia caluniosa é:**

- a) Comum, comissivo, material, unissubjetivo e plurissubsistente.
- b) Comum, comissivo, formal, unissubjetivo e plurissubsistente.
- c) Comum, comissivo, material, plurissubjetivo e unissubsistente.
- d) Comum, comissivo, material, unissubjetivo e unissubsistente.

**50. Chicão foi abordado em uma *blitz* de trânsito por um policial militar que ia aplicar-lhe uma multa, porque, embora estivesse conduzindo regularmente, em sua mão de direção e seguindo as regras de trânsito, Chicão, instado a apresentar seus documentos, entregou ao miliciano uma carteira de habilitação com data de validade expirada. Na iminência de sofrer a multa, Chicão ofereceu cinquenta reais ao policial para que este não lavrasse a multa. Que crime(s) Chicão cometeu?**

- a) Somente corrupção ativa consumada.
- b) Somente corrupção passiva consumada.
- c) Direção inabilitada de veículo automotor consumada e corrupção ativa consumada.
- d) Uso de documento falso consumado, direção inabilitada de veículo automotor consumada e corrupção ativa tentada.



**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**51. Quanto ao interrogatório, assinale a alternativa correta:**

- a) O silêncio do acusado no ato de interrogatório não pode prejudicar o réu, porém, em decorrência do princípio da livre convicção do juiz, esse poderá interpretar o silêncio em desfavor do mesmo na forma do artigo 198 do CPP.
- b) Quando a ação penal imputa crime a mais de um acusado em concurso, apesar da nova disposição do artigo 188 do CPP, não cabe ao juiz, no ato do interrogatório de co-réu, nomear defensor aos demais co-réus, se o defensor nomeado não estiver presente, ou os co-réus não possuírem defensor, já que o interrogatório é ato de defesa, não se constituindo em meio idôneo para formular provas.
- c) Quando a ação penal imputa crime a mais de um acusado em concurso, em decorrência da nova disposição do artigo 188 do CPP, deve o juiz, no ato do interrogatório de co-réu, tomar o cuidado de nomear defensor aos demais co-réus, se o defensor nomeado não estiver presente, ou os co-réus não possuírem defensor, sob pena de nulidade do ato por violação aos direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- d) Em decorrência dos princípios da ampla defesa e do juiz natural, deve o ato do interrogatório ser realizado perante o juiz que irá julgar a causa, uma vez que dessa forma, possibilita-se ao acusado justificar a sua conduta, ou defender-se, perante o magistrado que irá julgar o processo-crime.

**52. Indique a alternativa correta quanto ao problema abaixo apresentado:**

A acusação perante a plenária do Tribunal do Júri que ocorreu em 18.04.2002, pediu o indeferimento da leitura dos documentos carreados aos autos pela defesa em 15.04.2002 já que teria sido desrespeitado o prazo do artigo 475 do CPP, e em decorrência disso a acusação não pôde ter ciência dos documentos trazidos ferindo-se assim o princípio de igualdade de armas decorrente do contraditório. No caso, o juízo de primeiro grau reputou não atendido o prazo do art. 475 do CPP (*“Durante o julgamento não será permitida a produção ou leitura de documento que não tiver sido comunicado à parte contrária, com antecedência, pelo menos, de três dias, compreendida nessa proibição a leitura de jornais ou qualquer escrito, cujo conteúdo versar sobre matéria de fato constante do processo.”*). A sessão do Júri prosseguiu tendo sido o réu condenado a uma pena de 21 anos por ter praticado homicídio qualificado por uso de veneno (artigo 121, § 2º, inciso III, do CP). A defesa apelou da decisão alegando cerceamento de defesa pela não leitura aos jurados dos documentos carreados aos autos.

- a) A apelação não deve ser recebida, pois o recurso que deveria ter sido interposto era o Protesto por Novo Júri previsto na forma do *caput* do artigo 607 do CPP, por ter sido a condenação por pena de reclusão superior a 20 anos.
- b) A apelação deve ser recebida na forma do artigo 593, III, ‘a’, do CPP, porém indeferida já que não foi respeitado o prazo do artigo 475 do CPP, não podendo ser deferida por descumprimento do princípio de igualdade de armas próprio do contraditório. Além do mais, se houve algum defeito na decisão decorre de mero *error in procedendo* o que não acarretará nulidade absoluta do processo.
- c) A apelação não deve ser recebida por não se tratar de sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida pelo Juiz singular na forma do artigo 593, I, do CPP.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- d) A apelação deve ser recebida na forma do artigo 593, III, 'a', do CPP, e no mérito deve ser deferida para anular a plenária do Tribunal do Júri, pois o indeferimento decorreu de *error in iudicando*, uma vez que a decisão impedira a juntada de documentos para a leitura em plenário, com base em intempestividade que não ocorrera, acarretando cerceamento de defesa.



**53. Quanto o conteúdo de Competência assinale a alternativa correta:**

- a) O crime de falsidade ideológica por falsa anotação de tempo de serviço em Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuída à empresa privada é de competência da Justiça Estadual por não haver lesão direta a direitos e interesses da União.
- b) O crime de falsificação e uso de documento relativamente a estabelecimento de ensino particular é de competência da Justiça Federal, pois viola direitos e interesses da União.
- c) Nos casos de conexão entre competência de Justiça Estadual e Federal, predomina a competência Estadual na hipótese de processamento e julgamento do crime de sua competência ser o mais grave, na forma do artigo 78, II, 'a', do CPP.
- d) Compete a Justiça Federal processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, ainda que não ocorra lesão direta à autarquia Federal.

**54. Indique a alternativa correta quanto ao problema abaixo apresentado:**

Os réus C.S.F. e L.H.M. são denunciados no Juízo Criminal da Comarca de Curitiba/PR pelo tipo do artigo 159 do CP, extorsão mediante seqüestro. Segundo o Ministério Público, os acusados teriam, em 24 de maio de 2006, seqüestrado L.B., na cidade de Curitiba/PR quando esse chegava em sua residência. No decorrer das investigações, restou demonstrado que esse foi mantido em cativeiro na cidade de Guarapuava/PR durante cinco meses. A investigação demonstrou ainda que o resgate foi cobrado em ligações telefônicas que partiram de um telefone público localizado na cidade de Londrina/PR. O cativeiro foi descoberto a partir de interceptações telefônicas deferidas legalmente pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Londrina/PR. Dessa forma, a Polícia Civil estourou o cativeiro liberando a vítima e prendendo em flagrante delito os réus C.S.F. e L.H.M., tendo a prisão sido comunicada e homologada pelo Juízo Criminal da Comarca de Guarapuava/PR. O processo foi julgado procedente, tendo sido os acusados condenados a uma pena de 11 anos de reclusão em regime fechado. A defesa apelou da decisão. Em Sessão de julgamento, a Câmara Criminal do TJ/PR decretou de ofício a nulidade do processo penal por incompetência do Juízo de Curitiba/PR.

- a) A decisão do Tribunal está incorreta, pois a competência para processar e julgar a ação penal é do Juízo Criminal da Comarca de Curitiba/PR, já que a infração penal se consumou nessa Comarca na forma do artigo 70 do CPP.
- b) A decisão do Tribunal está correta, pois a competência para processar e julgar a ação penal é do Juízo Criminal da Comarca de Guarapuava/PR, pois esse juízo se tornou prevento na forma dos artigos 83 c/c 71, ambos do CPP, ficando prevento em decorrência da decisão que homologou as prisões em flagrante.
- c) A decisão do Tribunal está correta, pois a competência para processar e julgar a ação penal é do Juízo Criminal da Comarca de Londrina/PR, pois esse juízo se tornou prevento na forma dos artigos 83 c/c 71, ambos do CPP, ficando prevento em decorrência da decisão que deferiu as interceptações telefônicas.
- d) A decisão do Tribunal está incorreta, pois se incompetência existe, essa é considerada relativa, devendo ser alegada em momento próprio, não podendo ser decretada de ofício pelo Tribunal.

**55. Quanto aos atos jurisdicionais penais, assinale a alternativa correta:**

- a) As decisões interlocutórias simples são aquelas que encerram a relação processual sem julgamento de mérito ou, então, põem termo a uma etapa do procedimento. São exemplos desse tipo de decisão a que recebe a denúncia ou queixa e decreta ou rejeita pedido de prisão preventiva.
- b) As decisões interlocutórias mistas não se equiparam as decisões interlocutórias simples, pois as primeiras servem para solucionar questões controvertidas e que digam respeito ao *modus procedendi*, sem, contudo, trancar a relação processual. Enquanto as decisões interlocutórias simples trancam a relação processual sem julgar o *meritum causae*.
- c) A decisão que não recebe a denúncia é terminativa de mérito, por isso não pode ser considerada decisão interlocutória mista.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- d) As decisões interlocutórias simples servem para solucionar questão controvertida e que diz respeito ao *modus procedendi*, sem contudo, trancar a relação processual, as interlocutórias mistas, por sua vez, apresentam um *plus* em relação àquelas. Elas trancam a relação processual sem julgar o *méritum causae*.



**56. Quanto aos atos de execução penal, assinale a alternativa correta com base nas afirmativas a seguir:**

- I. Compete ao Juiz da Execução Penal determinar a conversão de pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos.
  - II. O Agravo de Execução seguirá o mesmo trâmite do recurso em sentido estrito, sendo prescindível do juízo de retratação do Juiz *a quo*.
  - III. O juiz da Execução Penal poderá modificar de ofício as condições do livramento condicional, desde que ouvido o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.
  - IV. Compete ao Juízo de Execução Penal Federal a execução da pena do sentenciado por crime na Justiça Federal, ainda que submetido a estabelecimento penal sujeitos à administração estadual.
- a) Apenas as afirmativas III e IV são corretas.
  - b) Apenas a afirmativa I é correta.
  - c) Apenas a afirmativa II é correta.
  - d) Apenas as afirmativas I e III são corretas.

**57. Em um processo penal que apura a ocorrência de crime de estelionato, o réu foi ouvido e confessou o crime em interrogatório judicial no ano de 2008, desacompanhado de advogado. Sobreveio sentença absolutória fundamentada na inexistência de prova suficiente de ter o réu concorrido para a infração penal. Irresignado, o Ministério Público apelou sustentando apenas a existência de prova da autoria pelo acusado. Oferecidas as contra-razões, o recurso subiu ao Tribunal de Justiça. Iniciado o julgamento em segundo grau, a câmara deve enfrentar a matéria argüida pelo parecer do Ministério Público em segundo grau: a existência de nulidade absoluta consubstanciada no fato do interrogatório do réu ter sido feito sem a presença de seu defensor.**

**Diante deste fato, a câmara deve:**

- a) Analisar o bojo probatório sobre a autoria do apelado no fato, pois sobre a questão da nulidade já se operou a preclusão.
- b) Anular a sentença e ordenar a repetição do ato de interrogatório e todos os atos subseqüentes.
- c) Confirmar a decisão, já que a nulidade não pode ser reconhecida.
- d) Suspender o julgamento para intimar o apelado sobre o parecer do Ministério Público em segundo grau.

**58. Sobre o procedimento relativo ao crime de tráfico de drogas, previsto na Lei n° 11.343/06, assinale a alternativa correta:**

- a) O procedimento exige a realização de dois interrogatórios.
- b) Oferecida a denúncia, o réu será intimado para interrogatório, devendo oferecer após este ato, em três dias, defesa prévia.
- c) Depois de recebida a denúncia e citado o réu, este deve apresentar defesa preliminar em dez dias.
- d) Oferecida a denúncia, o réu será notificado para apresentar defesa prévia em dez dias.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008



**59. Sobre a revisão criminal, assinale a alternativa correta:**

- a) Quando o Supremo Tribunal Federal dá provimento, em desfavor do réu, a recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público, a competência para processar a revisão criminal que questionar o julgamento da matéria constitucional ainda será do Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal.
- b) No pedido de revisão criminal, o requerente não poderá formular pedido de indenização pelos prejuízos sofridos.
- c) Em nenhuma hipótese será admitida a reiteração de pedido de revisão criminal.
- d) Da decisão do relator que indefere liminarmente o pedido de revisão criminal por tê-lo como insuficientemente instruído, cabe recurso inominado ao órgão competente para julgar a revisão.

**60. Assinale a alternativa correta:**

- a) Havendo simultânea instauração de inquérito policial em duas comarcas diferentes para apurar um estupro ocorrido na divisa destas comarcas, sendo que o indiciado foi preso em flagrante em uma delas sem comunicação do juízo, ainda assim, a prisão preventiva pode ser decretada por quaisquer dos juízos.
- b) O pedido de instauração de inquérito policial pelo Ministério Público para a apuração de crime de ação penal privada será deferido pelo Juízo, ouvido o ofendido sobre o interesse na investigação.
- c) É possível a decretação de prisão preventiva no curso de inquérito policial de candidato a prefeito que tenta evadir-se do distrito da culpa dez dias antes da eleição municipal.
- d) A nulidade havida em inquérito policial não contamina a ação penal. Assim, a nulidade do laudo de necropsia produzido na fase inquisitorial não implica nulidade passível de reconhecimento na ação penal dela decorrente.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**61. Assinale a alternativa correta:**

- a) denominam-se vinculados os impostos de competência da União, cuja instituição depende de prévia lei complementar.
- b) o lançamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) somente possuem competência tributária as pessoas políticas.
- d) aplica-se, em Direito Tributário, o princípio de que dívidas e créditos compensam-se automaticamente até o montante em que concorrerem.

**62. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) se a lei define como fato gerador um negócio jurídico que, em um caso concreto, está sujeito à condição resolutória, o Código Tributário Nacional considera consumado o negócio no momento da celebração, sendo irrelevante, para fins tributários, que o implemento da condição resolva o ato jurídico.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- b) a obrigação tributária principal diz respeito ao pagamento do tributo e a acessória tem por conteúdo um fazer ou um não-fazer do contribuinte, relativo à arrecadação e à fiscalização dos tributos.
- c) a capacidade tributária depende de a pessoa jurídica estar regularmente constituída.
- d) o fato gerador da obrigação principal corresponde ao fato gerador do tributo.



**63. Assinale a alternativa correta:**

- a) para a apuração do crédito tributário, aplica-se a legislação vigente à época de ocorrência do respectivo fato gerador, mesmo que posteriormente modificada ou revogada.
- b) a União pode, por meio de lei complementar, instituir isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
- c) o crédito tributário somente pode ser exigido de quem está, por lei, definido como contribuinte.
- d) a lei que institui uma isenção produz efeitos a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

**64. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) no regime da Constituição Federal de 1988, o princípio da uniformidade dos tributos impede que a União conceda incentivos fiscais circunscritos a determinadas regiões do País, em razão de desequilíbrios regionais.
- b) diferentemente da capacidade tributária ativa, que é passível de delegação, a competência tributária é absolutamente indelegável.
- c) a isenção pode ser restrita à determinada região do território do ente tributante, em função de condições a ela peculiares.
- d) em razão do princípio da legalidade da tributação ser uma garantia do contribuinte, está vedado o uso da analogia em direito tributário, que resulte em exigência de tributo não previsto em lei.

**65. Assinale a alternativa correta:**

- a) em decorrência da solidariedade tributária, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
- b) a solidariedade tributária comporta benefício de ordem.
- c) em razão da solidariedade tributária, a isenção concedida em caráter pessoal a um dos coobrigados beneficia os demais pela totalidade do crédito.
- d) como efeito da solidariedade tributária, a interrupção da prescrição em favor de um dos coobrigados não afeta os demais.

**66. Assinale a alternativa correta:**

- a) a imunidade recíproca veda a instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- b) a imunidade recíproca veda os Municípios de instituírem taxas pelos serviços de coleta de lixo da União e dos Estados.
- c) a imunidade recíproca veda a instituição do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana sobre imóvel de propriedade da União.
- d) a imunidade recíproca veda a instituição do imposto sobre produtos industrializados sobre os automóveis adquiridos por instituições de assistência social, sem fins lucrativos.

**67. Assinale a alternativa correta:**

- a) a medida cautelar fiscal prevista na Lei nº 8.397/1992 poderá ser requerida pelo contribuinte quando este estiver na iminência de sofrer cobrança de tributo indevido.
- b) a medida cautelar fiscal não pode ser requerida no curso da execução fiscal.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação, que sempre será recebida no efeito suspensivo.
- d) na medida cautelar fiscal, o requerido será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.



**68. Assinale a alternativa correta:**

- a) não se inclui entre os tópicos reservados à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária que tratem tanto de lançamento quanto de prescrição e decadência tributários.
- b) cabe à lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
- c) a lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, restando vedado à União, por via de lei, o estabelecimento de normas de igual objetivo.
- d) não se inclui entre as matérias reservadas à lei complementar, a regulação das limitações ao poder de tributar.

**69. Assinale a alternativa correta:**

- a) quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 60 (sessenta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento;
- b) o crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de qualquer medida de garantia prevista na legislação tributária.
- c) prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do tributo indevidamente pago.
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

**70. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) a Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e não-tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- b) a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública sujeita-se a concurso de credores ou habilitação em concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
- c) até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- d) nos processos de execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, poderá ser dispensada a audiência do revisor, no julgamento das apelações.

**DIREITO CIVIL**

**71. Assinale a alternativa correta:**

- a) A doutrina da constitucionalização do Direito Civil preconiza uma diferenciação radical entre os direitos da personalidade e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, em especial no seu âmbito de aplicação, uma vez que essa distinção seria fundante da dicotomia entre Direito Privado e Direito Público.
- b) É pacífico na doutrina o entendimento sobre a impossibilidade de se admitir colisão entre direitos da personalidade, de modo que, ainda que realizados em sua máxima extensão, um



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- direito da personalidade jamais implicará em negação ou, mesmo, em restrição aos demais direitos da personalidade.
- c) A vedação legal à limitação voluntária de exercício dos direitos da personalidade revela que esses direitos, mesmo quanto ao seu exercício, não se submetem ao princípio da autonomia privada.
  - d) É possível afirmar, mesmo à luz da doutrina que preconiza a constitucionalização do Direito Civil, que nem todo direito fundamental é direito da personalidade.



**72. Assinale a alternativa correta:**

- a) Todo e qualquer negócio jurídico pode se sujeitar a anulação sob o fundamento da lesão.
- b) A sentença de anulação do negócio jurídico por coação não tem qualquer efeito retroativo, uma vez que apenas determina a cessação de eventuais efeitos jurídicos futuros.
- c) O *consilium fraudis* e a *scientia fraudis* não são requisitos essenciais para a anulação de um negócio jurídico gratuito sob o fundamento da fraude contra credores.
- d) O erro quanto ao objeto do negócio jurídico, desde que essencial, ocasionará a anulação do negócio jurídico mesmo que seja inescusável e não seja recognoscível pela outra parte.

**73. Antônio, em 10 de janeiro de 1993, ao transpor um cruzamento com o sinal vermelho, acaba por abalroar o automóvel de propriedade de Bruna, causando danos patrimoniais. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:**

- a) A pretensão de Bruna à reparação civil frente a Antônio prescreveu três anos após o acidente.
- b) A pretensão de Bruna à reparação civil frente a Antônio prescreveu três anos após a data do início da vigência do Código Civil de 2002.
- c) A pretensão de Bruna à reparação civil frente a Antônio prescreverá 20 anos após o acidente.
- d) A pretensão de Bruna à reparação civil frente a Antônio prescreverá 10 anos após a data de início da vigência do Código Civil de 2002.

**74. Assinale a alternativa correta:**

- a) A hipoteca em segundo grau será nula se o montante do débito garantido pela primeira hipoteca for superior ao valor do imóvel.
- b) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- c) O direito de uso especial para fins de moradia, assim como o usufruto, não podem ser objeto de hipoteca.
- d) No ato de constituição da hipoteca é possível gravar o imóvel de cláusula vedando sua alienação enquanto perdurar a dívida ou a garantia real.

**75. Assinale a alternativa correta:**

- a) O proprietário poderá ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante, sendo, ainda, indispensável, que os ocupantes residam na área e que sua posse seja *ad usucapionem*.
- b) Uma ação de reintegração de posse jamais poderá ser decidida contra o legítimo proprietário do imóvel.
- c) A posse injusta jamais poderá ser de boa-fé.
- d) A injustiça da posse não depende do conhecimento do possuidor acerca do vício que está a macular a sua aquisição.

**76. Sobre o direito das sucessões, assinale a alternativa correta:**

- a) Os ascendentes do falecido, quando chamados a suceder por direito próprio, não têm dever de colacionar as doações que receberam do *de cuius*.
- b) Quando for chamado a suceder em concorrência com descendentes exclusivos do *de cuius*, o cônjuge sobrevivente jamais terá o dever de colacionar as doações que recebeu do falecido.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) O companheiro sobrevivente jamais participará da sucessão do companheiro falecido em concorrência com os descendentes exclusivos deste.
- d) A garantia da quota mínima de um quarto da herança, assegurada pelo Código Civil ao cônjuge sobrevivente, subsiste mesmo que nenhum dos herdeiros do falecido seja descendente do cônjuge viúvo.



**77. Antônio, casado com Bruna pelo regime da comunhão universal de bens, pai de Carolina e de Daniel, faleceu em 10 de abril de 2007. Ernesto, viúvo, pai de Antônio e de Fabrício, falece na data de hoje. Fabrício é solteiro e tem um único filho, chamado Heitor. Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta acerca da sucessão de Ernesto:**

- a) Bruna herdará o que Antônio herdaria se vivo fosse na data da morte de Ernesto, por direito de representação.
- b) Bruna não herdará o que Antônio herdaria se vivo fosse na data da morte de Ernesto, mas terá direito à meação sobre esse quinhão.
- c) Se Fabrício renunciar à herança, seus sobrinhos Carolina e Daniel e seu filho Heitor herdarão por direito próprio o patrimônio deixado por Ernesto, dividindo-o em partes iguais.
- d) Se Fabrício renunciar à herança, tanto seus sobrinhos como seu filho herdarão por representação, cabendo metade da herança de Ernesto a Heitor, uma quarta parte a Carolina e uma quarta parte a Daniel.

**78. Assinale a alternativa correta:**

- a) A violação positiva do contrato, que pode decorrer da violação de deveres instrumentais impostos pelo princípio da boa-fé, pode ensejar a resolução do contrato.
- b) A violação positiva do contrato é modalidade de inadimplemento contratual que consiste na prática de ato comissivo que viola dever de omissão previsto como prestação principal ou acessória em um dado contrato.
- c) Entende-se por violação positiva do contrato o incumprimento que não gera prejuízos para o credor de uma prestação, e que, nessa medida, não gera dever de indenizar, ainda que possa ensejar a resolução da avença.
- d) A conversão da mora em inadimplemento está sempre condicionada à caracterização da impossibilidade material de cumprimento do contrato.

**79. Assinale a alternativa correta:**

- a) É subjetiva, por culpa presumida, a responsabilidade dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) O direito de exigir a reparação civil somente se transmite com a herança quando se tratar de dano patrimonial.
- c) A desproporção entre a gravidade da culpa e o dano pode ser critério hábil a intervir na fixação do *quantum* indenizatório.
- d) A culpa leve não gera dever de indenizar, ao passo que a culpa gravíssima enseja responsabilidade objetiva do agente causador do dano.

**80. Sobre o direito de família, assinale a alternativa correta:**

- a) A pluralidade familiar, apreendida pelo Direito por meio da Constituição da República, somente se refere a direitos exigíveis perante o Estado, como, por exemplo, aqueles de caráter previdenciário, não sendo, todavia, admissível, cogitar da imposição de efeitos próprios da família legítima para entidades que não forem constituídas pelo casamento.
- b) O Código Civil admite hipótese em que a união estável entre homem e mulher será reconhecida e protegida como tal, mesmo que um dos companheiros tenha impedimento para casar.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) Tanto o pacto antenupcial quanto o contrato de convivência são negócios jurídicos solenes, pelo que somente podem ser celebrados validamente mediante escritura pública.
- d) Pode-se afirmar que é certa a inexistência de união estável quando o casal não reside sob o mesmo teto.



**JUIZADOS ESPECIAIS**

**81. Assinale a alternativa correta:**

- a) Nos Juizados Especiais o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- c) Compete ao Juizado Especial promover a execução das causas de natureza alimentar, falimentar desde que não excedam a sessenta vezes o salário mínimo.
- d) A opção pelo procedimento dos Juizados Especiais importará em renúncia ao crédito excedente ao limite legal estabelecido, excetuada a hipótese de conciliação.

**82. Assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo a Lei 9.099/95, é competente o Juizado do foro do domicílio do autor nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- b) As pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União somente poderão ser partes em processo que tramita nos Juizados Especiais quando seus representantes estiverem dotados de procuração específica.
- c) Nas causas de valor até sessenta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- d) Segundo a Lei 9.099/95, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, não poderá ser representado por preposto credenciado.

**83. Assinale a alternativa correta:**

- a) Os atos processuais serão públicos, excetuando-se os que tratarem de direito de família, e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- b) Só se pronunciará nulidade, no âmbito dos Juizados Especiais, se houver prejuízo.
- c) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado sendo ilícito formular pedido genérico quando não for possível determinar a extensão da obrigação.
- d) Registrado o pedido, a Secretaria do Juizado designará, após a distribuição e a autuação, a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de trinta dias.

**84. Assinale a alternativa correta:**

- a) A citação far-se-á tratando-se de pessoa jurídica de direito privado ou público, ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.
- b) Nos Juizados Especiais não se fará citação por edital.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se nulas as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.
- d) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, ainda que o contrário resulte da convicção do Juiz.



**85. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. São consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo: as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.
- c) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação posterior.
- d) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**86. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) É dever do poder público assegurar, com prioridade a efetivação dos direitos fundamentais referentes à criança e ao adolescente. A garantia de prioridade compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- c) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- d) A identificação do recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe fica condicionada a manifestação dos pais.

**87. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros
- b) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- c) O poder público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- d) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto para fins previdenciários.

**88. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é permitido o trabalho realizado em horários e locais incompatíveis com a frequência à escola.
- b) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.



**Tribunal de Justiça  
Paraná**

## **CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

### **89. Assinale a alternativa correta:**

- a) O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em regime fechado, não implicando privação de liberdade.
- b) O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, ainda que haja dúvida fundada sobre a sua pessoa.
- c) É assegurado ao adolescente a igualdade na relação processual, podendo se confrontar com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- d) À criança internada não será permitida a realização de atividades externas.

### **90. Assinale a alternativa correta:**

- a) Verificada a prática de crime, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a advertência.
- b) A medida de internação só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional com pena mínima de 4 (quatro) anos.
- c) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais.
- d) A remissão implica o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, mas não prevalece para efeito de antecedentes criminais.

## **CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ E CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

### **91. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A correição ordinária consiste na fiscalização normal, periódica e previamente anunciada.
- b) Sempre que houver indícios veementes de ocultação, remoção ilegal ou dificuldade do cumprimento de ordem judicial de soltura ou de apresentação de preso, especialmente em ação de *habeas corpus*, poderá ser feita correição extraordinária ou inspeção em presídio ou cadeia pública.
- c) As inspeções correicionais dependem de prévio aviso e o Corregedor-Geral da Justiça as fará nos serviços forenses de qualquer comarca, juízo, juizado ou serventia de justiça, podendo delegá-las a juiz auxiliar.
- d) A correição permanente nos serviços notariais e de registro, secretarias e ofícios de justiça caberá aos juízes titulares das varas ou juizados a que estiverem subordinados.

### **92. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Todas as reclamações contra ato de serventuários e funcionários da justiça e de agentes delegados do foro extrajudicial deverão ser tomadas por termo perante o juiz, salvo se apresentadas por escrito, com descrição pormenorizada do fato.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- b) Salvo determinação expressa, em contrário, do juiz, a secretaria da direção do fórum será exercida pela escrivania da vara em que o magistrado desempenha as suas funções.
- c) No livro de Registro de Sentenças deverão ser lançadas as decisões de natureza administrativa, como a homologatória de concurso, a aplicação de penalidades contra auxiliares da justiça, dentre outras medidas da competência da direção do fórum.
- d) É vedada a abertura de livros não padronizados inclusive nas comarcas de menor movimento forense.



**93. Assinale a alternativa correta:**

- a) O juiz substituto responderá pela direção de fórum, independentemente de designação, sempre que na comarca não se encontrar em exercício nenhum dos juízes titulares.
- b) É vedado o uso do *fax* (*fac-símile* ou *fax-message*) para o encaminhamento de petições às escriturarias do foro judicial e de documentos do foro extrajudicial.
- c) As decisões judiciais decorrentes de petições transmitidas por *fax* são nulas ainda que enviado posteriormente o respectivo original.
- d) É autorizado o uso de gravação fonográfica ou digital de som e imagem como método idôneo para a documentação de audiências nos ofícios do Foro Judicial mediante autorização das partes.

**94. Assinale a alternativa correta:**

- a) É vedado o uso de raspagem por borracha ou outro meio mecânico e autorizada a utilização de corretivo ou de outro meio químico.
- b) Ressalvada a hipótese de segredo de justiça, os ofícios de justiça poderão fornecer relação diária de distribuições de ações e protestos às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, mencionando tratar-se de informação reservada da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente.
- c) O desaparecimento e a danificação de qualquer livro ou documento serão comunicados imediatamente ao Tribunal de Justiça. A sua restauração será feita desde logo, sob a supervisão do Desembargador Corregedor e à vista dos elementos existentes.
- d) Desentranhada dos autos alguma de suas peças, inclusive mandado, estes serão imediatamente renumerados.

**95. Assinale a alternativa correta:**

- a) De qualquer recebimento de numerário, como pagamento de custas ou emolumentos da própria serventia, de auxiliares ou reembolso de despesas, será fornecido ao interessado o correspondente recibo, que especificará precisamente a que se refere o pagamento. Este ato é da responsabilidade pessoal do juiz que atua junto à serventia.
- b) Não há devolução de custas por ato previsto não realizado.
- c) O requerimento de assistência judiciária gratuita será deferido se acompanhado da afirmação, na própria petição inicial ou em declaração autônoma, de que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
- d) Quando por algum motivo, tal como conexão, continência, exceção de incompetência, o processo for remetido para outra vara ou comarca, o escrivão não terá direito às custas relativas aos atos praticados pela outra serventia.

**96. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A Corregedoria-Geral da Justiça tem como incumbência a inspeção permanente dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial.
- b) O Juiz Substituto, quando no exercício de substituição, ou designado para auxiliar os Juízes de Direito das comarcas que integram as correspondentes seções judiciárias, terá a mesma competência destes.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008

- c) Caberá ao juiz substituto, na ausência, mesmo eventual, do Juiz titular, decidir os pedidos cíveis e criminais de natureza urgente e comunicar, incontinenti, o fato ao Corregedor-Geral da Justiça.
- d) O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça, poderá designar juízes substitutos para proferir sentenças em outros Juízos.



**97. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Nas Comarcas do Interior do Estado, a Direção do Fórum será exercida por um dos Juízes Titulares, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, mediante sucessão automática e obedecendo-se à ordem de antigüidade na Comarca.
- b) Nas comarcas de entrância inicial ou naquelas de Juízo único a direção de Fórum será exercida pelo Juiz Titular.
- c) O Juiz Substituto responderá pela direção de Fórum sempre que na comarca não se encontrar em exercício nenhum dos Juízes titulares de varas.
- d) Nas comarcas onde houver mais de um Juízo, proceder-se-á à distribuição dos feitos.

**98. Assinale a alternativa correta:**

- a) Compete ao Tribunal do Júri unicamente o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida, consumados ou tentados.
- b) Nos impedimentos e ausências justificadas, os Juízes Sumariante e Presidente do Tribunal do Júri substituir-se-ão reciprocamente sempre que não houver incompatibilidade ao desenvolvimento de suas específicas funções, independentemente de designação.
- c) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais serão compostas de cinco (5) Juízes togados, de primeiro grau de jurisdição, designados por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, sendo sua atuação provisória e exclusiva.
- d) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por juízes leigos.

**99. Assinale a alternativa correta:**

- a) Em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária e em cada circunscrição do registro civil das comarcas de entrância final, haverá dois (2) Juízes de Paz e quatro (4) suplentes.
- b) Os serviços notariais e de registro não poderão funcionar acumulados precariamente, ainda que no interesse da Justiça ou em razão do volume da receita e dos serviços.
- c) A justiça de paz será composta de cidadãos com competência para celebrar casamentos; verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação; exercer atribuições conciliatórias e outras sem caráter jurisdicional.
- d) Os auxiliares da justiça do foro judicial, pelas faltas cometidas no exercício de suas funções serão demitidos se deixarem de cumprir atribuições inerentes ao cargo no prazo estipulado.

**100. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) As penas de advertência, censura e devolução de custas em dobro poderão ser aplicadas aos auxiliares da justiça do foro judicial em sindicância, respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Mediante decisão do Corregedor-Geral da Justiça, oficiais de justiça, poderão ser afastados do exercício do cargo quando criminalmente processados ou condenados enquanto estiver tramitando o processo ou pendente de execução a pena aplicada.
- c) A população não inferior a trinta mil (30.000) habitantes, com um mínimo de dez mil (10.000) eleitores é um dos requisitos para a criação de comarca.
- d) A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é composta pelo Município de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Bocaiúva do Sul e Colombo.



*Tribunal de Justiça  
Paraná*

**CONCURSO PÚBLICO**

**Juiz Substituto**

Prova Preambular – 27/04/2008

Edital N.º 01/2007-2008